

Elizabeth Dezouart Cardoso

Geógrafa, doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
e.dezouart@uol.com.br

Estrutura Urbana e Representações: A invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX¹

Resumo

No Rio de Janeiro, a segregação espacial já era conhecida pelo menos desde meados do século XIX. No entanto, foi só nas primeiras décadas do século XX que surgiram as bases para uma nova configuração da segregação espacial na cidade, com a criação e a ocupação do bairro de Copacabana, que proporcionou a “invenção” da Zona Sul, “topônimo” até então não utilizado, e do seu oposto, a grande área que ficou conhecida como “subúrbio”, termo até então utilizado com outro significado. A toponímia associada a essas novas áreas de expansão da cidade foi relacionada a uma representação que proporcionou as diretrizes da segregação residencial no Rio de Janeiro por várias décadas, até fins do século XX, na dicotomia zona sul/subúrbios. O objetivo deste trabalho é demonstrar o processo de construção destas representações e de mudança e construção de um novo modelo de segregação residencial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: geografia urbana, representações.

Abstract

URBAN STRUCTURE AND REPRESENTATIONS: THE INVENTION OF THE SOUTH ZONE AND THE MAKING OF A NEW PROCESS OF SPACIAL SEGREGATION IN RIO DE JANEIRO IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY

In Rio de Janeiro, space segregation was already known at least since de mid-

nineteenth century. However, only in the first decades of the twentieth century there would be the basis for a new configuration of the space segregation in the city, with the creation and occupation of Copacabana district, causing the “invention” of the South Zone, “toponym” until then not used, and of its opposite, the large area that became known as the “suburb”, a term which until then had another meaning. The toponymy associated to these new areas of the expanding city was related to an representation that provided the grounds of residential segregation in Rio for many decades, until the end of the twentieth century, in the form of the dicotomy south zone/suburbs. The aim of this work is to show this process of construction of these representations and the process of change and building of a new model of segregation in Rio de Janeiro in the first decades of the twentieth century.

Key-words: urban geography, representations.

1. Apresentação

Este trabalho é fruto do desenvolvimento de reflexões sobre o processo de expansão da área urbana da cidade do Rio de Janeiro, propiciadas pela elaboração de uma série de estudos anteriores, tanto por parte da própria autora, quanto de outros autores². Dentre os trabalhos desta autora destacam-se aqueles relacionados às histórias de diferentes bairros, particularmente de Copacabana³, cujo estudo ensejou este trabalho como um complemento e uma tentativa de aprofundamento.

Por ser um trabalho que procura fazer uma pequena revisão e reinterpretar a bibliografia existente, este deverá dialogar com outros que foram o estímulo para sua realização. Os trabalhos com os quais vamos dialogar são principalmente os estudos de Fernandes (1995) e Vaz (2002).

Dentre os estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, destacamos neste esforço o trabalho de Fernandes (1995). De fato, foi o trabalho deste autor que serviu de contraponto para os estudos que vimos realizando sobre os bairros, particularmente sobre Copacabana.

A leitura sobre o processo de concretização do que Fernandes chamou de “rapto ideológico da categoria subúrbio” no Rio de Janeiro, que redundou no uso desta palavra como uma espécie de “topônimo” nesta cidade, fez com que interrogássemos sobre o surgimento de outros “topônimos” tão usuais na mesma. O que sobressaiu logo em primeiro lugar foi a diferença entre as chamadas “zonas” (“norte”, “sul”, “oeste”, “central”)

que designavam as demais áreas da cidade e os “subúrbios”. Utilizados como “topônimos”, zonas e subúrbios marcam não apenas uma diferença funcional dos diferentes espaços da cidade, como têm embutidos em si significados que os qualificam ou desqualificam, associados a todo um imaginário que se criou sobre estes espaços, e que têm, também, como fator correlato, propiciar a segregação espacial na cidade. Assim chegou-se à conclusão que a utilização destes termos os associava profundamente, um “explicando” o outro por oposição, fato para o qual se buscará encontrar apoio na historiografia sobre a cidade.

2. Considerações preliminares sobre o processo de segregação residencial

Nas cidades capitalistas, um dos processos espaciais mais marcantes, no que tange à distribuição da população, é o de segregação residencial. Ele se caracteriza, conforme Castells, citado por Corrêa (1989, p. 60), pela “tendência a uma organização espacial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas’”. Segundo Corrêa (2001, p.131):

Estas áreas segregadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional, instrução, etnia, fase de vida – e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, de bairros de classe média com apartamentos, de baixa classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas etc.

Em sua explanação sobre o processo de segregação residencial e sua relação com o processo de diferenciação de classes, Corrêa (2001, p. 132) afirma que: “Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista”.

Relativamente aos grupos sociais que produzem a segregação espacial, Corrêa (1989, p. 69) define o papel preponderante das classes dominantes no processo. Em suas palavras:

A classe dominante ou uma de suas frações, (...), segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado.

Afirma ainda Corrêa: “Em realidade pode-se falar de autosegregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas”.

Com a finalidade de dar conta do processo de segregação espacial nas cidades, diversos autores procuraram elaborar modelos ou verificar padrões espaciais a respeito deste processo e de suas etapas. A bibliografia dá conta da existência de três modelos genéricos de segregação espacial: o de Kohl, o de Burgess e o de Hoyt.

O modelo de Kohl foi formulado em 1841 e tomou como base uma generalização da distribuição dos grupos sociais nas cidades da Europa continental. Neste modelo, a elite se segregava localizando-se junto ao centro, enquanto que na periferia viviam os pobres. A localização das elites junto ao centro se justificava pela pouca mobilidade da população devido às deficiências dos meios de transporte e à necessidade das elites de se localizarem próximas aos prédios que abrigavam as mais importantes instituições: palácios de governo, Igrejas, instituições financeiras e comércio.

Na década de 1920, E. W. Burgess, tomando como base as grandes cidades norte-americanas, desenvolveu outro modelo, oposto ao anterior, onde os pobres localizavam suas residências junto ao centro degradado pelo excesso de funções comerciais, industriais e de serviços que abrigava, enquanto as elites demandavam os subúrbios, ou seja, os aprazíveis arredores das cidades. Estes fatos sugerem uma sequência destes modelos ou padrões na organização espacial das cidades, fato que tem surtido várias discussões.

Por fim, tem-se o modelo de Hoyt, formulado em 1939, que, ao contrário dos anteriores, não demonstrou um padrão de segregação espacial em círculos concêntricos a partir da área central e sim se concretizou em forma de setores de círculo a partir do centro. Este modelo permite verificar que os setores residenciais de alto *status* localizam-se nas áreas de maiores amenidades, que são cercadas pelas camadas de médio *status*

da população em outros setores, enquanto que no sentido oposto se encontrariam os setores ocupados por populações de baixo *status* social. Os três modelos são observáveis em diferentes partes do globo e em diversas épocas (CORRÊA, 1989).

A polêmica sobre qual dos modelos acima descritos espelharia melhor a realidade dos países capitalistas foi em grande parte resolvida por Yujnovsky. Estudando o processo nos países da América Latina, ele verificou que a urbanização latino-americana teria ocorrido de forma semelhante à dos países capitalistas avançados, com defasagens temporais apenas. Sobre a questão, ele demonstra que, de fato, os modelos de Khol, de Burgess e de Hoyt se sucederam em três períodos distintos e subsequentes (FERNANDES, 1995, p. 98-99).

Como Corrêa também explicita, ocorre que o processo de segregação espacial é dinâmico e uma área ontem valorizada por determinadas características pode alterar sua função e sua ocupação e se desvalorizar, o mesmo acontecendo no sentido oposto, permitindo a ocupação destes espaços por outros segmentos sociais. Neste caso passaria a operar outro processo espacial, o de “invasão/sucessão” (CORRÊA, 2001 p. 134).

É interessante notar que vários autores, embora tenham avançado significativamente nas concepções teóricas sobre o fenômeno, pressupõem, assim como na tradição ecológica, uma homogeneidade das áreas de segregação, fato que vem sendo cada vez mais questionado por exemplos empíricos que também se baseiam em construções teóricas críticas. Se, de fato, em algumas observações empíricas, como a formação de guetos, enclaves, condomínios e outras situações, comprova-se a grande homogeneidade interna de algumas áreas segregadas, contudo isso não é verdadeiro em outros contextos. É isso que veremos a seguir.

Préteceille (2004) demonstra como, no caso de Paris, existe segregação sócio-espacial, sem existir, contudo, áreas totalmente homogêneas. Este autor dá como exemplo, também, o uso de uma tipologia de áreas de residência segundo categorias sócio-profissionais, através da análise fatorial, para o caso francês. Como resultado ele encontrou todas as categorias nas diferentes áreas. Assim, conclui ele, “para descrever os tipos e nomeá-los, é preciso destacar traços mais distintivos, por exemplo, a sobre-representação mais marcada de tal categoria (...)” (PRÉTECEILLE,

2004, p. 16-17). Deve-se aqui destacar esta observação de que a segregação, em certos casos, dá-se não por uma ocupação exclusiva de um determinado grupo ou classe no espaço mais sim pela sua sobre-representação. Vê-se então outra abordagem da segregação que não pressupõe a existência deste fenômeno apenas em áreas de grande homogeneidade interna.

Neste mesmo caminho, e radicalizando ainda mais quanto à questão da “não homogeneidade interna” das áreas segregadas, está Villaça (1998; 2000). Para ele, as classes “superiores” se auto-segregam em determinadas áreas da cidade onde estão mais fortemente concentradas, mesmo que não estejam numericamente mais presentes ali que as classes “inferiores”. Este não é o caso da Zona Sul carioca, não só pelas favelas, mas também pela presença de expressivas faixas das classes medias baixas?

Com base na observação de seis metrópoles brasileiras, Villaça (2000) procura mostrar que a segregação tem um papel decisivo na estruturação do espaço urbano. Particularmente, na sua visão, a segregação por classes de renda é aquela que domina todos os outros tipos de segregação e está sob o comando das classes de renda superiores.

Confirmando o que já havia sido proposto para a América Latina por Yujnovsky (1971) e verificado por Fernandes (*op. cit.*) no Rio de Janeiro, Villaça (*op. cit.*) também observou que as metrópoles brasileiras, em cerca de um século, seguiram um padrão de segregação das classes superiores semelhante ao descrito por Hoyt dentro do qual se deslocaram sempre para a mesma direção ou setor da cidade. Afirmando que a segregação é um processo, ele a analisa a partir do conceito de “área de alta concentração de classes de rendas superiores” (*area of high concentration of upper income classes*), que tem as seguintes características (VILLACA, 2000, p. 04):

- a. Elas incluem vários bairros de variadas classes sociais. No Brasil várias delas têm até favelas.
- b. A maioria das famílias em tais áreas não são de classes superiores ou de renda superior.
- c. A maioria das famílias de classes superiores mora em tais áreas, mais o reverso não é verdadeiro.
- d. Com uma única exceção (Recife) tais áreas concentram mais de 50 % das famílias de classes superiores. Os restantes 50% estão espalhados por $\frac{3}{4}$ da área urbana. No entanto, a tendência à concentração em uma única vasta área é clara até em Recife.

Villaça reafirma ainda que as classes de rendas superiores começaram seu movimento espacial e o processo de segregação em direção a áreas que tinham dois requerimentos básicos: acessibilidade e beleza natural. Segundo o autor, sendo o espaço urbano um conjunto de localizações que são produzidas pelo trabalho humano, as classes sociais lutam pelas mudanças das localizações, pelo controle da produção do espaço urbano que é desigual. Esta luta dá-se nas três esferas da totalidade social: a econômica, a política e a ideológica.

Concluindo esta breve revisão sobre a questão do processo de segregação espacial nas cidades, consideramos que o importante a reter é que as classes mais abastadas ou as elites têm papel preponderante no processo, muitas vezes com a concorrência do Estado, que este processo é dinâmico, podendo mudar de configuração ao longo da história da cidade, que a segregação pode assumir diferentes aspectos em diversas conjunturas e que o fato de não serem encontradas áreas de grande homogeneidade interna não descarta a existência da própria segregação.

3. A segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a segregação espacial já se fazia sentir pelo menos desde meados do século XIX, quando os nobres e membros das classes abastadas passaram a instalar residências nos diversos arrabaldes ou subúrbios da cidade: ao sul e ao norte, incluindo a área até hoje conhecida como “subúrbio”. Usufruindo de meios materiais para tal, os membros das classes dominantes da época se deslocaram do centro da cidade para evitar as epidemias que frequentemente dizimavam sua população. Assim, se autosegregaram nos arrabaldes da cidade, a princípio em residências temporárias e, aos poucos, em residências permanentes. Desta forma, surgiram vários novos bairros que só passaram a ser mais povoados com o desenvolvimento dos transportes coletivos, como os bondes⁴. Aos pobres restava a moradia junto ao centro da cidade, preferencialmente nos diversos cortiços que ali haviam sido construídos; passaram então a abrigar uma população sem recursos para arcar com custos de transportes e que necessitava estar

perto do mercado de trabalho, então concentrado no centro da cidade, onde se encontrava a maior parte das oportunidades de trabalho. Configurava-se, neste processo, o padrão ou modelo de segregação de Burgess. Entretanto, este primeiro processo de autosegregação das classes dominantes não se configuraria ainda como o processo final, acabado, de segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro capitalista e moderna. Este só viria a se efetivar a partir das primeiras décadas do século XX.

As primeiras décadas do século XX marcaram a modernização da cidade do Rio de Janeiro. A proclamação da República, em fins do século XIX, propiciou um processo de modernização da capital do país, cidade que seria o símbolo das novas elites, que tomaram o poder com o novo regime, e um dos símbolos do próprio país. Este processo, segundo vários autores⁵, teve início com as Reformas Urbanas empreendidas na cidade do Rio de Janeiro e com a construção de seu novo porto nas administrações de Rodrigues Alves e de Pereira Passos. Os primórdios do século XX marcam a entrada do Rio de Janeiro num processo de especialização espacial nos moldes de uma urbanização especificamente capitalista e moderna, com a divisão de seu espaço urbano em áreas funcionais de comércio e serviços, industriais, e residenciais de classes ricas e pobres, segregadas espacialmente. Mas o processo de modernização da cidade não se estancou aí, com as obras de renovação urbana. O símbolo de modernidade em que se tornou o Rio de Janeiro brevemente teria outras características nas quais se apoiar, além daquelas de renovação de sua área central. Em poucas décadas, a expansão e a construção de um novo bairro, Copacabana, trariam para esta cidade um amplo conjunto de símbolos de modernidade. Com a criação e a ocupação do bairro de Copacabana foi possível “inventar” a Zona Sul, topônimo até então não utilizado, e que só surgiria em fins da década de 1920 em Copacabana, e o seu oposto, o “subúrbio”, termo até então utilizado com outro significado, de arredores ou periferia da cidade, que não lhe conferia ainda uma característica de topônimo no Rio de Janeiro.

Para que se originasse um novo processo de segregação residencial, foi necessário o surgimento de novos símbolos atribuídos às diferentes áreas da cidade. De um lado, a palavra subúrbio deixou de significar “os arredores da cidade” para ser atribuída aos locais de moradia de classes

médias e pouco abastadas, que teriam sido ocupados pelos trens e que se situavam ao norte da cidade. De outro, surgiu o conceito/símbolo de “zona sul”, referido à área da cidade composta pelos bairros que eram banhados pelo mar, que abrigavam as classes médias e altas da população, as quais tinham um estilo de vida moderno e sofisticado. Além destes dois termos passaram a ser utilizados como verdadeiros “topônimos”, surgiria também outro, o de “zona norte”, identificado com os bairros da cidade habitados por classes médias, distantes do mar e que teriam um “estilo de vida” conservador. Entretanto, os conceitos de subúrbios e de zona norte desde muito tempo até os dias de hoje se confundem, havendo de fato uma dicotomia “zona sul” x “zona norte”/ “subúrbios”, como pode ser vista no texto que se segue, publicado em 1953⁶:

Nos dois mundos antagônicos do Rio se forjaram dois estilos de vida totalmente diversos. Aqui não falamos, é claro, de meio termo, mas do que são, caracteristicamente, a ‘zona sul’ e a ‘zona norte’. A zona sul, que começa propriamente no Flamengo, é a civilização do apartamento, e das praias maliciosas, do traje e dos hábitos esportivos, da ‘boite’ e do pecado à meia-luz, dos enredos grã-finos, do ‘píf-paf’ de família, dos bonitões de músculos à mostra e dos suculentos brotinhos queimados de sol, dos conquistadores de alto coturno e de certas damas habitualmente conquistáveis, do ‘short’, do blusão e do ‘slack’, dos hotéis de luxo (e de outros de má reputação) e dos turistas ensolarados. O Rio cosmopolita está na zona sul, onde uma centena de nacionalidades se tropicalizam à beira das praias. A zona norte é Brasil 100%. A gente mora largamente em casa (muitas vezes com quintal) e a casa impõe um sistema diferente de vida, patriarcal, conservador. Vizinhança tagarela e prestativa. Garotos brincando na calçada. Reuniões cordiais na sala de visitas. Solteironas ociosas e mocinhas sentimentais analisando a vida que passa debaixo das janelas. Namoro no portão, amor sob controle – para casar. Festinhas familiares, de fraca dosagem alcoólica. A permanente compostura no traje, ajustada com o do procedimento. Paletó e gravata. Mais ‘toilette’ que vestidos, mais área coberta nos corpos femininos. Vida mais barata. Empregada de 300 réis. Menos água, mais calor. Diversão pouca, nada de ‘boite’ e ‘night-clubs’. Noite vazia de pecados e de passos boêmios e sortilégios. Vida menos agradável aos homens, mais abençoada pelos santos.

Zona sul - zona norte, paraíso e purgatório do Rio. Sair do purgatório e ganhar o paraíso é aspiração de quase todos, mas há quem prefira, sinceramente, a vida simples e provinciana dos bairros e subúrbios do norte. Para muitos a zona sul não é o paraíso, mas o inferno da perdição, onde Copacabana dita a imoralidade, o aviltamento dos costumes, a frivolidade e a boemia.

Com um pouco de realidade e um pouco de imaginação, em resumo, o texto demonstra, em princípios da década de 1950, o imaginário criado sobre os dois espaços – “zona sul” versus “zona norte”/ “subúrbios” –, que corresponde a uma dicotomia vivenciada pela população carioca e que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, permanecendo, de certa forma, até hoje. Fica clara também, ao fim do texto, a identificação que era feita entre “zona norte” e “subúrbios”, ambos divergindo de “zona sul”. Ou seja, o texto permite verificar a já existência de uma dicotomia entre “zona sul” e “subúrbios”/ “zona norte”.

Por aquela crônica também se percebe que houvera toda a construção de um rico imaginário sobre as diferentes áreas da cidade. Este imaginário teve a propriedade de revelar e, ao mesmo tempo, função de cimentar a passagem de um modelo de segregação espacial no Rio de Janeiro de um padrão como descrito por Burgess para um padrão como evidenciado por Hoyt, ou seja, em um padrão em que segmentos de círculos diametralmente opostos abrigam as elites e as classe mais empobrecidas: “zona sul” versus “subúrbios”/ “zona norte”.

O conceito/símbolo “zona sul”, no entanto, embora tenha como eixo os bairros banhados pelo mar, não surgiu quando da ocupação dos primeiros bairros praieiros ao sul da cidade, como Glória, Flamengo e Botafogo, que se formaram desde meados do século XIX. Só surgiria com o povoamento do bairro de Copacabana, que se deu a partir de princípios do século XX. A existência de um conceito/símbolo “zona sul” já definitivamente acabado em meados do século XX estava totalmente calcada nas características então apresentadas pelo bairro de Copacabana e que, por um processo de mimetismo, foi estendido a vários outros bairros, mesmo a alguns não praianos, como Laranjeiras, Cosme Velho, Jardim Botânico e Gávea.

Os fatos acima citados nos levam à questão: o que haveria de tão especial em Copacabana? A resposta, no nosso entender, não está só em Copacabana, mas também no seu oposto, nos “subúrbios”/ na “zona norte”. Para desenvolver nossas ideias, nos valeremos principalmente dos trabalhos de Fernandes (1995) e Vaz (2002), com os quais pretendemos dialogar.

4. A invenção da “zona sul”

Para apreender o processo de “invenção da zona sul”, procuraremos partir do que acontecia no lado extremamente oposto da cidade, ou seja, nos assim chamados “subúrbios”. Fernandes demonstrou que a categoria subúrbio sofreu um “rpto ideológico” em princípios do século XX no Rio de Janeiro. Soares foi a primeira autora a evidenciar o que ela chamou de “conceito carioca de subúrbio”⁷, um conceito que difere do significado que esta palavra tem historicamente em outras cidades, qual seja, o de área periférica à cidade, e de baixas densidades. No Rio de Janeiro, o termo “subúrbio”, a partir daquele período, passou a denominar apenas “os bairros ferroviários e populares desprestigiados tanto do ponto de vista social quanto pelo poder público” (1995, p. 1-2).

Conforme descrito acima, poder-se-ia afirmar, portanto, que a categoria “subúrbio” sofreu no Rio de Janeiro um “rpto ideológico”, uma vez que, nas palavras de Fernandes (1995, p.2-3),

por rpto ideológico, podemos entender uma mudança drástica do significado das categorias, sendo os atributos mais originais e essenciais que definiram sua existência expurgados de seu conteúdo e substituídos por significados novos e completamente estranhos a sua extração mais genuína, operação que, para Martins (...) tem por objetivo atender necessidades políticas e ideológicas.

Em sua explanação, Fernandes demonstra como vários dos atributos históricos da categoria “subúrbio” foram desprezados quando da construção do “conceito carioca de subúrbio”: a situação fora ou nos arredores da cidade, as baixas densidades de ocupação, etc.

Segundo Fernandes, o “rpto ideológico da categoria subúrbio” ocorreu a partir da Reforma Passos. Este conjunto de reformas se constituiu no marco da transformação do Rio de Janeiro em uma cidade caracteristicamente capitalista. Naquele momento, não apenas modernizou-se o centro da cidade e seu porto, mas também, como decorrência, foram expulsas as camadas de menor *status* para os bairros ao norte da cidade, os “subúrbios”, e para as favela, enquanto, por outro lado, empreendeu-se também a urbanização e a modernização do setor sul da cidade, valorizando-o para ser ocupado pelas camadas de maior *status* social (ABREU, 1987).

Assim, a ocupação e o desenvolvimento do bairro de Copacabana viriam completar a feição deste Rio de Janeiro moderno, que seria o símbolo da República recém implantada e das suas classes dominantes. Copacabana e, por mimetismo, a “zona sul” seriam a representação do espaço social das novas elites. Entre aquelas representações que passaram a compor o mapa social da cidade foi “inventada” a “zona sul”, depois de haver sido “inventado” o “subúrbio” e em sua oposição.

No afã de valorizar seus capitais investidos em terras, proprietários de terrenos em Copacabana começaram a “vender um novo estilo de vida” junto com os imóveis deste bairro. Portanto, ao lado de um forte desejo de distinção pelas novas elites, havia ainda os interesses de frações importantes do capital. Desta maneira, verifica-se outra importante característica do processo de segregação espacial nas cidades, qual seja, o interesse de uma fração da classe dominante em valorizar determinadas áreas.

Estavam dadas, então, todas as condições para se desenvolver um novo padrão de segregação espacial na cidade. O campo estava fértil para a criação de um novo conceito/símbolo: a “zona sul”, com suas correspondentes representações.

O bairro de Copacabana começou a ser ocupado mais efetivamente a partir de princípios do século XX, depois de diversas tentativas frustradas de instalar uma linha de carris. Só em fins do século XIX este objetivo seria alcançado (1892). Porém, na “era Passos”, quando ainda era pouco ocupado, o bairro fora beneficiado com a construção da Avenida litorânea (Atlântica) e com a abertura de um novo túnel. Logo, ali se instalaram, em sofisticados palacetes de tipos arquitetônicos diversos, figurões da República e diversos políticos ligados ao governo municipal. Muitos destes, também proprietários de ações da companhia que loteou o bairro.

Já na década de 1920 surgiram os primeiros edifícios de apartamentos. Nas propagandas, estes foram associados à moradia de famílias de alto *status* e estrangeiros. Vaz (2002) demonstra, em minúcias, como este novo tipo de arquitetura domiciliar nasceu ligado a um imaginário de modernidade no Rio de Janeiro. Ao contrário de outras habitações coletivas como os cortiços, que abrigavam os pobres na cidade, o edifício de apartamentos estava associado à higiene, à civilidade, ao luxo, ao conforto, à riqueza e a um estilo de vida moderno, logo conquistando o gosto das elites.

A verticalização disseminou-se, a princípio, rapidamente nos bairros litorâneos da “zona sul”, principalmente em Copacabana e para uso residencial, e não tão fortemente no centro da cidade, como na maioria das cidades, sendo pouquíssimo difundida no sentido “subúrbios”/ “zona norte” na primeira metade do século XX (VAZ, 2002). O edifício de apartamentos surgiu, no Rio de Janeiro, como demonstra Vaz, para suprir uma demanda de distinção das elites na forma de morar e no local de moradia. O suprimento desta demanda, ao mesmo tempo, possibilitava a valorização de vultosos capitais empregados no ramo imobiliário no Rio de Janeiro, como se pode verificar neste trecho de crônica do Correio da Manhã, de 1937, que se refere aos edifícios de apartamentos que proliferavam na cidade: “(...) o vultoso capital empregado nessas construções saberá defender-se com todos os recursos estratégicos, inclusive aquele de fazer acreditar que esse gênero de moradia imprime elegância e distinção”⁸.

Copacabana se constituiria na continuação do projeto de modernidade para o Rio de Janeiro. Mas não só os edifícios de apartamentos dariam o tom de modernidade a Copacabana em sequência ao remodelado centro da cidade de Pereira Passos. Ainda no início da mesma década de 1920 inaugurou-se no bairro o luxuoso Hotel Copacabana Palace. Foi nas suas proximidades que surgiram os primeiros edifícios de apartamentos com fins residenciais em Copacabana. Nas décadas seguintes, se instalariam no bairro balneários, cassinos, cinemas, restaurantes, confeitarias, galerias, *night-clubs*, equipamentos de comércio e lazer, que também eram símbolos de modernidade e que as elites demandavam. Por sua vez, a praia trazia a possibilidade de praticar não apenas os banhos de mar, mas possibilitava também usufruir de outros prazeres da vida ao ar livre como os esportes.

Os jornais da época demonstravam também claramente o fato de Copacabana, ou das praias, serem ocupados por membros das classes de alto *status*, e comparavam seus hábitos aos das elites de outros países, contribuindo, desta forma, para a difusão de uma imagem de cosmopolitismo de sua população. Em 1930, a instalação de balneários em Copacabana fez com que um cronista comparasse o Rio de Janeiro às mais elegantes praias européias e norte-americanas:

Rio a Cidade do Turismo por Excelência

Finda o Ano de 1930

E com as festas lendárias do Natal, as cansoadas do Ano Novo e as comemorações bíblicas do dia de Reis, o verão desce sobre a cidade maravilhosa. Nessa aura mítica, na moldura encantadora desses altos motivos de lenda e graça espiritual é que a estação calmosa surge, convidando-nos para o 'footing' a beira-mar e os banhos nas praias elegantes da nossa urbe maravilhosa.

Virtudes, Flamengo, Botafogo, Copacabana e Ipanema (ilegível) mais fortemente dos reflexos do sol e se enchem das silhuetas esguias cujas linhas os justos maiôs modelam para a embriaguez dos nossos sentidos, quando não se evolvem em vestes diáfanas, claras como a espuma efemera das ondas e acariciadas pelas mãos imponderáveis do vento sádico e, por vezes, mesmo irreverente demais...

As praias do Rio – metropole vertiginosa por excelência – tornam-se então em pontos obrigatórios das mais altas figuras da nata da sociedade.

Esse ano, o verão em Copacabana terá uma fisionomia que nos fará recordar as praias repletas de Biarritz, Hendaye ou Costa do Sol.

É que a exemplo do que já existe naquelas costas panorâmicas e admiráveis do Velho Mundo (sic), a linda praia atlântica também se pontilhará de vários grupos de pavilhões destinados a mudança de roupa, dotados de todos os requisitos de higiene e conforto, como sejam assento, estrado, cabides, espelhos, chuveiros de água doce e perfumada, tudo enfim, que seja indispensável para o público aristocrático que freqüenta as areias de Copacabana ⁹.

Os hábitos dos banhos de mar, dos esportes, do turismo, da vida noturna nas ruas eram trazidos pelas elites, conectadas com hábitos europeus em suas viagens, e eram francamente difundidos pela imprensa na época, não só nos jornais de circulação mais geral, como nos jornais de bairro. Além das crônicas, foram difundidas muitas fotos das praias e de banhistas. Assim, pela imprensa, mostravam-se novos padrões de comportamento das elites que então habitavam Copacabana. Assim se foi construindo uma imagem de modernidade para Copacabana em que eram ressaltadas suas características de civilidade, cosmopolitismo, saúde, sensualidade e extroversão de seus moradores. Por um processo de mimetismo, esta imagem foi estendida a outros bairros e assim se foi "inventando" a "zona sul", através de um processo de oposição ao "subúrbio"/ "zona norte"

A construção de um imaginário, que teria força de representação e que estaria plenamente concluído em princípios da década de 1950, reforçou o novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro já a partir da primeira metade do século XX, ao lado da atuação de determinadas frações do capital – o imobiliário – e da própria ação do Estado, que dotou a "zona sul" de melhoramentos.

O termo “zona sul” tomou função de “topônimo” a designar vasta área da cidade, onde as camadas mais favorecidas da população habitam em sua maior parte até hoje, em oposição aos “subúrbios”/ “zona norte”. O conceito/símbolo de “zona sul” se tornaria, no entanto, uma representação das elites, e a própria representação da cidade do Rio de Janeiro moderno.

Notas

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, realizado na UFF, Niterói, em 2004. Uma versão mais atualizada foi apresentada no II Colóquio Nacional do NEER em 2007.

² Veja-se, por exemplo, Abreu, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

³ Entre outros vejam-se: Cardoso, Elizabeth D. *O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú*. Dissertação de Mestrado. PPGG/IGEO/UFRJ, 1986. Cardoso, Elizabeth D. et alli, *História dos Bairros Copacabana*. RJ, Index, 1986. Vaz, Lilian Fesler e Cardoso, Elizabeth D. *Desconstruindo a Construção do Bairro e do Mito*. CD-ROM, Circuito Copacabana, RJ, 2002.

⁴ Sobre o processo de expansão da malha urbana do Rio de Janeiro e formação de novos bairros vejam-se, por exemplo, Cardoso, Elizabeth Dezouart et alli. *História dos Bairros Botafogo e História dos Bairros Tijuca*.

⁵ Abreu (1987), etc.

⁶ Gomes, Pedro. “Dois mundos Opostos do Rio”, *O Cruzeiro*, 3/01/1953.

⁷ Soares, Maria Therezinha S., citada por Fernandes (1995).

⁸ *Correio da Manhã*, 20/01/1937. In Vaz, *op. cit.*, p. 81.

⁹ *Diário de Notícias*, 23/11/1930, p.5.

Referências

ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro 1870-1930. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano VII, v. 1, n. 21, 1987.

CARDOSO, E. D. **O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú**. Dissertação de mestrado. IGEO/UFRJ, 1986.

- CARDOSO, E. D. et all. **História dos Bairros – Copacabana**. Rio de Janeiro: Index, 1986.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FERNANDES, N. N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro (1858-1945). Dissertação de mestrado. IGEO/UFRJ, 1995.
- PRÉTECEILLE, E. A Construção Social da Segregação Urbana: Convergências e Divergências. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, jan/jul 2004.
- VAZ, L. F. **Modernidade e Moradia**. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- VAZ, L. F.; CARDOSO, E. D. **Desconstruindo a Construção do Bairro e do Mito**. CD-ROM Circuito Copacabana. Rio de Janeiro, 2002.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel Editora/ Fapesp/Lincoln Institute, 1998. 372 p.
- VILLAÇA, F. Segregation in the brazilian metropolis. Trabalho apresentado no International Seminar on Segregation in the City. Lincoln Institute of Labour Policy. Cambridge. Mass. 2000. Disponível em: www.flaviovillaça.arq.br
- YUJNOVSKY, O. **La estructura interna de la ciudad**. El caso latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Siap, 1971.

Recebido em: 24/03/2010

Aceito em: 24/05/2010